

SETEMBRO 2026

201ª EDIÇÃO

GAZETA DO POVO

REVISTA

INTOCÁVEIS

Análise do pedido de investigação de
Alexandre de Moraes se torna espetáculo
vergonhoso no plenário do STF



Foto: Antonio Augusto/STF

O que aconteceu com o
“encrenqueiro” que denunciou
o Master antes de todo mundo

“Pessoa horrível”: 6 vezes
em que Gilmar Mendes ouviu
o que não queria no STF

Índice

Editorial: Supremos intocáveis e chicaneiros 04

Polzonoff: Te perdoo, Cármen Lúcia 13

Rodrigo Constantino: No STF, capo manda recado no WhatsApp para os colegas se alinharem ou sumirem 18

Atuação de Dino para melar julgamento de Moraes cola imagem de Lula ao escândalo do STF 26

Reajuste do Bolsa Família cria conta de R\$ 90 bilhões para o próximo governo 41

O que aconteceu com o “encrenqueiro” que denunciou o Master antes de todo mundo 48

“Pessoa horrível”: 6 vezes em que Gilmar Mendes ouviu o que não queria no STF 60



USUÁRIO DE ANDROID: PARA NAVEGAR UTILIZANDO OS
LINKS DE PÁGINA VOCÊ PRECISA DO APP ACROBAT READER

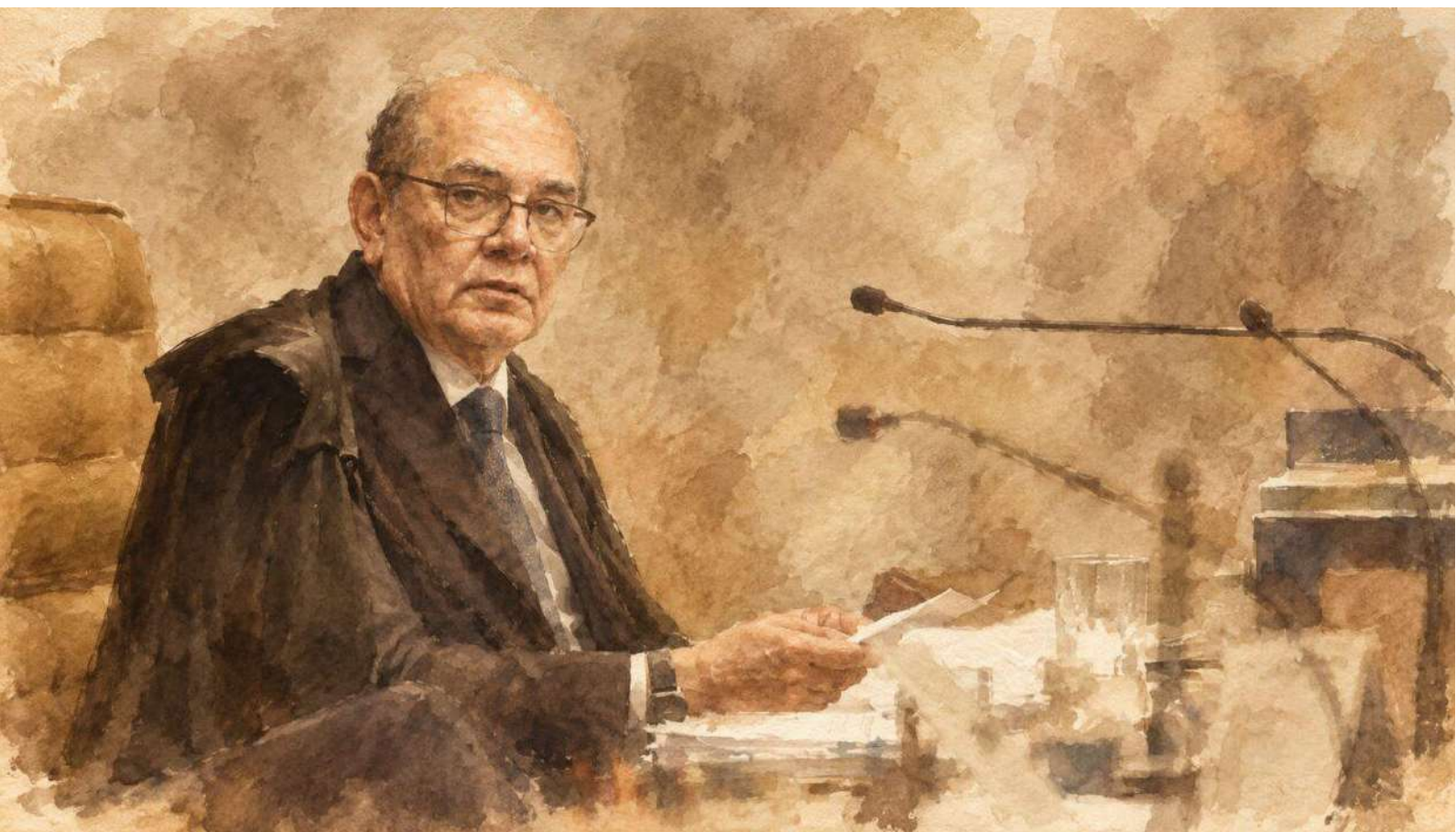


GAZETA DO POVO

CONHEÇA O SABER

Temas fundamentais não podem passar despercebidos. Acesse a homepage da Gazeta do Povo com conteúdos aprofundados e para reflexão

ACESSE AGORA!



Gilmar Mendes protagonizou os piores momentos do julgamento desta terça-feira no STF. (Foto: ChatGPT sobre foto de Rosinei Coutinho/STF)

EDITORIAL

Supremos intocáveis e chicaneiros

A ala dos ministros que se julgam intocáveis e desejam permanecer assim veio bastante preparada ao plenário do Supremo Tribunal Federal nesta terça-feira. O que deveria ser a

análise do pedido de investigação do ministro Alexandre de Moraes por seu relacionamento de proximidade e confiança com o banqueiro Daniel Vorcaro se tornou um espetáculo deprimente e vergonhoso, protagonizado especialmente pelos ministros Gilmar Mendes e Flávio Dino. A dupla fez uma tabela perfeita para tumultuar a sessão e conseguir encerrá-la sem que houvesse nem sequer uma conclusão sobre competência e sobre a análise do pedido de investigação de Moraes simultaneamente a outro pedido: a retaliação de Moraes contra o relator André Mendonça.

A patética peça de defesa entregue por Moraes ao presidente do STF, Edson Fachin, na noite de segunda-feira era uma prévia do que viria nesta terça. O ministro, usando os costumeiros negritos, exclamações e palavras todas em maiúsculas, agora com o acréscimo de erros de

ortografia e concordância, ressuscitou o discurso do “golpe”, atribuiu as ações de Mendonça a uma “vingança dos aliados daqueles que tentaram acabar com a democracia e o Estado de Direito e foram condenados pelo Supremo Tribunal Federal”, e chegou ao cúmulo de acusar – sem nenhum tipo de evidência que o apoiasse, claro – uma interferência estrangeira. De concreto, em sua defesa, Moraes só conseguiu alegar que não existem mensagens de sua autoria para Vorcaro.



O núcleo duro dos intocáveis, formado por Moraes, Gilmar e Dino, criou confusão sempre que teve a chance, por meio de chicanas e provocações

Na manhã da terça-feira, depois da inesperada declaração de impedimento de Nunes Marques e da esperada abstenção de Dias Toffoli, começou o lamentável show de horrores. Dino e Gilmar deixaram explícito que estavam agindo em parceria ao levantar uma questão de ordem sobre o fato de Fachin ter assumido a relatoria dos dois pedidos de investigação, e pedindo que ambos fossem julgados juntos. Aqui, fica evidente o grande erro de Fachin quando deu seguimento à retaliação de Moraes contra Mendonça, com uma acusação de abuso de autoridade baseada em um relatório policial apócrifo, sem valor probatório, possivelmente feito por meio de monitoramento ilegal, e até com traços de preconceito religioso. Quando aceitou levar adiante o pedido de Moraes, ainda que fora do inquérito das fake news, Fachin deixou a porta aberta para a estratégia nefasta

que os ministros intocáveis conduziram nesta terça-feira.

O núcleo duro dos intocáveis, formado por Moraes, Gilmar e Dino, quer igualar ambas as situações: uma relação de proximidade, atestada por um relatório da PF, entre um ministro e um investigado que pede até mesmo conselhos sobre saída do Brasil e providências para frear apurações, e que contrata a peso de ouro o escritório da esposa desse ministro; e um suposto abuso de autoridade que, no máximo, seria uma divergência sobre métodos legítimos de condução de inquéritos, embasado em um documento precário. Como já afirmamos aqui, não há equivalência moral possível entre ambos os casos – não há nem sequer o mesmo “conjunto fático”, como alegaram os intocáveis. Mesmo assim, eles aproveitaram muito bem a

brecha e exploraram até o fim a possibilidade de juntá-los.

O objetivo é evidente: criar um clima de “ou se investigam todos, ou não se investiga ninguém”. Isso ficou muito claro na fala de Moraes, que, como sempre, não se incomodou com o acúmulo de papéis e votou na questão de ordem sobre a realização de um julgamento que poderia fazer dele um investigado. O ministro insistiu na possibilidade de “decisões conflitantes” caso o plenário votasse por abrir o inquérito contra ele, mas poupasse Mendonça. Um raciocínio grotescamente falacioso. Afinal, “decisões conflitantes” envolvem o mesmo assunto – como quando Mendonça afastou o diretor-geral da PF e Dino lhe restituiu o cargo horas depois, na semana passada. No entanto, se o plenário entende haver indícios que justifiquem a

investigação de Moraes por seus laços com Vorcaro, mas conclui que não há razões para investigar Mendonça por abuso de autoridade, não há conflito algum.

Chicanas – como a questão de ordem e os discursos intermináveis – e falácias, no entanto, não encerram a deprimente sessão desta terça-feira. Os intocáveis ainda criaram confusão sempre que tiveram a chance. “A vida para Vossa Excelência é ofender as pessoas (...) Um temperamento agressivo, grosseiro, rude”, disse, em 2018, o então ministro Luís Roberto Barroso a Gilmar Mendes em um bate-boca que entrou para a história da corte.

E o decano mostrou mais uma vez que o agora aposentado Barroso estava coberto de razão.

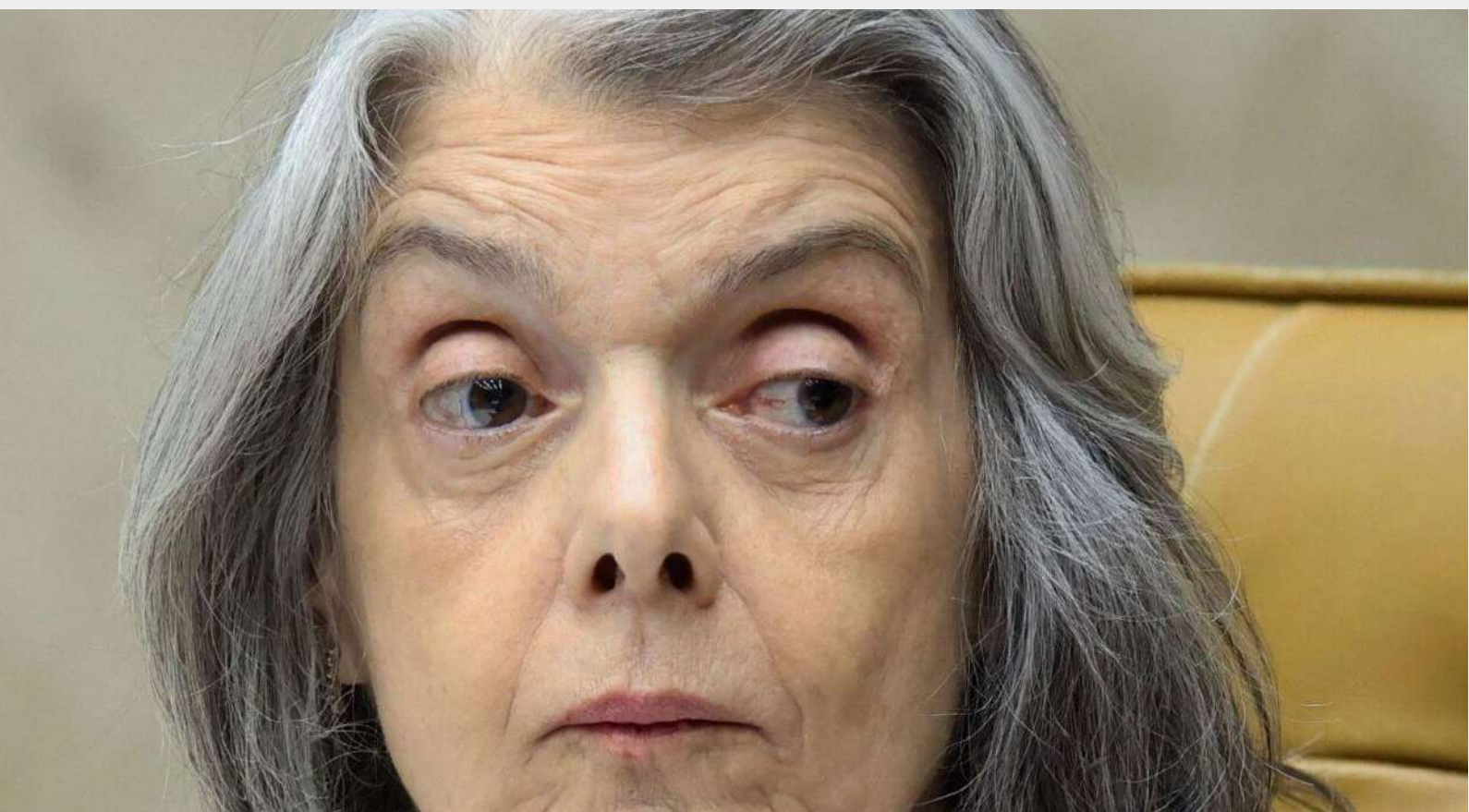
Embora Dino e Moraes também tenham apelado, discutindo com Fachin, Luiz Fux e Mendonça (que, ao menos, não ficaram calados e se defenderam), Gilmar provocou e insultou em todas as oportunidades possíveis, interrompendo os colegas – especialmente Mendonça – e portando-se como dono da corte, ignorando as tentativas de Fachin de restabelecer a ordem. “Uma desonra para o tribunal”, para recordar mais uma vez as palavras de Barroso a Gilmar, um homem completamente indigno do cargo que ocupa.

No fim, Dino retirou seu próprio voto favorável à questão de ordem para pedir vista e bloquear a conclusão da análise com um empate – Cristiano Zanin votou junto com os intocáveis, e Cármen Lúcia acompanhou Fachin, Mendonça e Fux pela rejeição da proposta de Gilmar. Os chicaneiros

impediram temporariamente que um dos seus seja investigado, apesar do caminhão de indícios que pesam contra ele. Que ao menos um bem tenha emergido do horror visto nesta terça-feira: que os brasileiros tenham percebido a importância de eleger senadores dispostos a remover do STF todos os ministros que não têm a menor condição de seguir na corte – pois Moraes não é o único, e a lista continua a crescer.



[Voltar ao índice](#)



Em meio a tanta patifaria, Cármen Lúcia pediu perdão. Aí vai de cada um. (Foto: Rosinei Coutinho/ STF)

OPINIÃO

Polzonoff

Te perdoo, Cármen Lúcia

Não me considero o maior fã de Cármen Lúcia. Longe disso! Na verdade, considero a ministra... fraca. Uma maria-vai-com-as-outras. Suscetível à

opinião pública. Intellectualmente cafona com suas citações de Clarice Lispector. Sem falar nas incoerências convenientes dos últimos anos. Não, não esqueci que Cármem Lúcia é a mulher que criou o Estado de exceção excepcionalíssimo, com prazo para terminar – mas que não terminou nunca. Ainda assim, te perdoo, Cármem Lúcia. Te perdoo.

Cármem Lúcia que, na sessão histórica (ou seria histórica?) do dia 15 de setembro de 2026, passou a maior parte do tempo quietinha. Só observando o espetáculo deprimente e algo macabro de seus pares, sobretudo do espalhafatoso Flávio Dino. Ao se manifestar, porém, ela fez o inimaginável: pediu desculpas ao povo brasileiro. Cármem Lúcia pediu desculpas até por ter “experimentado a perdição” do poder. E aqui a gente pode entrar naquela discussão estéril quanto à sinceridade do

pedido de perdão e do arrependimento da ministra. Ou melhor, não pode.

A ministra Cármen Lúcia foi a única que, na sessão escatológica de ontem, tinha em mente a instituição da qual faz parte: o STF. Uma instituição necessária, mas que ruiu e, para mim, é uma questão de tempo até desabar sobre a cabeça dos ministros. Só ela demonstrou entender que a função do Supremo Tribunal Federal é fazer Justiça, essa mesma, com jota maiúsculo, e assim garantir a estabilidade do país. Uma estabilidade que se traduz em normalidade e paz. Só ela entendeu (não sei se sozinha ou se a Alcione lhe soprou no ouvido) que o Supremo tal qual o conhecemos acabou. Já era.

Diante do pedido de perdão de Cármen Lúcia, a totalidade das reações que vi no tumultuado

after-party das redes sociais foi de desprezo, quando não de rejeição. O que é compreensível. Afinal, o pedido de perdão chega com alguns anos de atraso e, pior!, depois de horas e horas de um blábláblá que não sei se chamo de patifaria ou de pornografia. Só sei que todos estávamos de saco cheio. Horas e horas consagradas à mentira e ao mal. Em todo caso (e para o bem da minha sanidade mental), escolhi acreditar. E por isso te perdoo, Carminha.



Autor: Paulo Polzonoff Jr. é jornalista e escritor, não necessariamente nessa ordem. Já foi também tradutor, mas agora não tem tempo. Na Gazeta do Povo, escreve sobre política, cultura, filosofia e assuntos da atualidade. **Os textos do colunista não expressam, necessariamente, a opinião da Gazeta do Povo.



[Voltar ao índice](#)



*Gilmar Mendes, aliado de Moraes, tumultuou julgamento desta terça-feira no STF.
(Foto: Alejandro Zambrana/TSE)*

OPINIÃO

Rodrigo Constantino

No STF, capo manda recado no WhatsApp para os colegas se alinharem ou sumirem

Gilmar Mendes resolveu dar aula de moral na sessão histórica do Supremo Tribunal Federal

(STF) nesta terça. Não qualquer moral: a ética da máfia. O decano, que há décadas trata o Supremo como feudo particular, acusou André Mendonça de conduta “covarde e vil”, defendeu a omertà e disparou a frase que vai entrar para o hall da infâmia institucional: “Até a máfia tem ética”. Quem ouviu sem conhecer o personagem poderia até achar que se tratava de um momento de lucidez tardia. Quem conhece sabe que era apenas o capo defendendo o próprio clã.

O alvo era óbvio. Mendonça ousou levar ao plenário o relatório da Polícia Federal sobre as conversas de Alexandre de Moraes com Daniel Vorcaro, o banqueiro picareta do Master. Gilmar viu nisso um “inequívoco viés político-eleitoral”, um “pixuleco”, um “boneco eleitoral”. Em outras palavras: investigar o amigo é golpe. Investigar os outros, quando convém, é justiça. A seletividade

que ele denuncia no relator é exatamente a que ele pratica há anos. Gilmar acusa diante de um espelho.

Enquanto discursava sobre decência, já circulavam as mensagens que o próprio Gilmar enviou a Kassio Nunes Marques e Luiz Fux. Ao primeiro, o recado foi direto: “Assumam que estão ferrados e saiam dos processos. Abram as contas”. Depois veio o xingamento, a cobrança para que deixasse a presidência do TSE e a alfinetada na família. Kassio bloqueou o colega e pediu respeito. Ironia do destino, Gilmar teria disparado essa mensagem ainda da Itália, onde estava num casamento. A terra da máfia.

Ao segundo, Gilmar cobrou “postura institucional”. Fux, sem rodeios, mandou ele não

encher o saco. Eis a ética da máfia em estado puro: o capo manda recado no WhatsApp para os colegas se alinharem ou sumirem. É pura intimidação. Esqueceu que Fux luta jiu-jitsu e é juiz de verdade. Não se curva facilmente a recados mafiosos.



Para Gilmar, o problema não é Moraes ter recebido milhões de Vorcaro, mas sim Mendonça querer investigá-lo por isso. Daí que Moraes deve ser protegido e Mendonça fritado

A contradição é tão escancarada que chega a ser cômica, se não fosse trágica para o país. Gilmar fala em “relação de máfia” porque Mendonça teria retido informações que atingiam outros

ministros. Mas o mesmo Gilmar pressiona colegas para que se declarem suspeitos, ameaça e exige abertura de contas como se fosse dono do tribunal. Quem detém o poder de constranger os pares e o exerce em privado, depois pede o microfone para denunciar o constrangimento alheio. Isso não é ética. É o código de honra dos que se acham intocáveis.

O decano ainda teve o desplante de invocar Deus. “Em nome de Deus já se fez muita patifaria”, disse, mirando o pastor Mendonça. Como se o Supremo, sob sua influência e a de Moraes, não tivesse transformado a Constituição em instrumento de perseguição seletiva, censura e ativismo descarado. A patifaria, ministro, não começou ontem. Ela tem nome, sobrenome e toga. E o senhor é um dos seus principais

operadores. São todos admiradores do regime chinês, lembra?

O que se viu ontem não foi um debate jurídico. Foi a exposição da podridão que corrói a Corte. De um lado, o relator tentando – ainda que tardiamente e com seus próprios pecados – jogar luz sobre um escândalo financeiro de proporções inéditas. Do outro, o grupo que protege Moraes a qualquer custo, porque sabe que o fio puxado no Master pode chegar longe demais. Gilmar não defendeu a colegialidade. Defendeu o esquema.

A frase sobre a máfia é reveladora precisamente porque parte de quem a conhece por dentro. Na máfia de verdade, pelo menos existe um código: não se entrega o próprio. No STF de Gilmar, o código é outro: não se entrega o aliado, mesmo

que o país inteiro veja o constrangimento, as mensagens vazadas e o desespero para adiar o julgamento para depois das eleições. Ética? Sobrou apenas o cinismo.

O Brasil assiste a mais um capítulo dessa novela degradante e já sabe o final. Enquanto o Supremo se comporta como organização que decide internamente quem pode e quem não pode ser investigado, a confiança na instituição despenca. Gilmar Mendes não falou como juiz. Falou como mafioso ferido no orgulho.

Para Gilmar, o problema não é Moraes ter recebido milhões de Vorcaro, mas sim Mendonça querer investigá-lo por isso. Daí que Moraes deve ser protegido e Mendonça fritado. E a frase que ele soltou serve, no fundo, como diagnóstico

involuntário: até a máfia tem ética. O problema é quando o Supremo demonstra ter menos.



Autor: Rodrigo Constantino é economista pela PUC com MBA de Finanças pelo IBMEC, trabalhou por vários anos no mercado financeiro. É autor de vários livros, entre eles o best-seller “Esquerda Caviar” e a coletânea “Contra a maré vermelha”. Contribuiu para veículos como Veja, O Globo e Gazeta do Povo. Preside o Conselho Deliberativo do Instituto Liberal. **Os textos

do colunista não expressam, necessariamente, a opinião da Gazeta do Povo.



[Voltar ao índice](#)



Flávio Dino foi ministro da Justiça de Lula antes de ser indicado pelo presidente ao STF; pedido de vista adiou julgamento sobre Moraes. (Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil)

Crise no STF

Atuação de Dino cola imagem de Lula ao escândalo do STF

Por Aline Rechmann e Ana Carolina Curvello

O pedido de vista do ministro Flávio Dino, que postergou no Supremo Tribunal Federal (STF) o

julgamento de Alexandre de Moraes por corrupção, aproximou ainda mais a imagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva do escândalo. Chicanas jurídicas de Dino e Gilmar Mendes na sessão de terça-feira (15) empurram para depois das eleições o julgamento mais importante do STF.

"Se o plenário tivesse autorizado a investigação agora seria um choque agudo, mas até menos corrosivo para o governo no médio prazo, porque permitiria a Lula dizer que 'o sistema apura até quem lhe é próximo'. Mas o pedido de vista de Dino faz o contrário: mantém o tema aberto por até 90 dias. Pra uma campanha que queria mudar de assunto, esse arrasto sai mais caro", avalia a analista Yolanda Tolentino, especialista em política e gestão estratégica internacional pela FAAP e UFRJ.

Enquanto não houver uma definição sobre a eventual investigação de Moraes, Lula permanece politicamente associado ao episódio, seja pelo vínculo entre o ministro Dino e o governo que o indicou, seja pela possibilidade de a oposição explorar a atuação de Dino como exemplo de uma suposta proteção a Moraes.

Durante o julgamento, Dino defendeu que os processos envolvendo Moraes e André Mendonça fossem analisados conjuntamente e interrompeu a sessão com um pedido de vista antes que o plenário concluísse a análise da questão. Pedir vista é o recurso usado por um magistrado quando alega não ter tido tempo para analisar todo o material do processo. Como justificativa, Dino afirmou que o acirramento do debate no

plenário levaria o caso a se estender por mais sessões, sem que chegassem a uma definição.

A situação, no entanto, cria um problema adicional para o presidente Lula. A permanência do escândalo no STF no centro do debate público dificulta que o governo desloque a agenda eleitoral para temas de interesse do Planalto. A crise envolvendo Moraes, Banco Master e as disputas internas da Corte oferece à oposição uma pauta capaz de manter Lula na defensiva durante a campanha.

O pedido de vista, por si só, não significa que Dino tenha defendido que Moraes não cometeu crime. Também não é possível dizer no momento se a manobra de não decidir nada foi coordenada com o Palácio do Planalto. Mas o efeito político é

objetivo: uma decisão que poderia definir imediatamente se um ministro do STF seria alvo de investigação foi adiada, aumentando a sensação de impunidade de autoridades suspeitas de corrupção e mantendo a crise aberta.

O professor do Instituto de Ciência Política (Ipol) da Universidade de Brasília (UNB) Ricardo Caldas sintetiza a ligação de Lula e Dino. O ministro atua como um aliado militante do governo, retribuindo sua nomeação ao proteger figuras ligadas ao presidente. "A postura do ministro se assemelha mais à de um advogado do governo do que à de um magistrado isento", compara Caldas.

Ligação com ministros do STF faz com que Lula não consiga abandonar crise

Qualquer desfecho do julgamento de terça-feira (17) favoreceria mais a direita que a esquerda na corrida eleitoral. A blindagem de Moraes, promovida pelos ministros aliados, deve ser apresentada pela oposição como evidência de proteção corporativa e que o governo não está interessado em investigar corrupção. A abertura de uma investigação, se tivesse acontecido, daria à oposição um respaldo institucional para suas acusações contra o ministro que já estão na pauta há anos.

O cientista político e professor do Ibmecc-BH, Adriano Cerqueira, avalia que a atuação de "Dino contribuiu muito para colar mais ainda o Lula ao Moraes". A percepção é reforçada pela analista

política Yolanda Tolentino. Na avaliação dela, apesar de juridicamente o episódio não decidir nada, politicamente foi criado um caso pronto para a oposição. "Foi o ministro indicado por Lula quem travou a investigação de Moraes, no pior momento possível. Isso reforça uma associação que já vinha sendo construída", explica. O pedido de vista acrescentou outra possibilidade: a de que o próprio adiamento seja incorporado à disputa política.

Para Lula, o problema está na dificuldade de separar a imagem do governo daquela construída em torno de ministros do STF indicados durante seus mandatos. Sua tática está sendo dizer que não foi responsável pela indicação de Moraes, que foi levado ao STF pelo ex-presidente Michel Temer. Mas os dois alinharam o discurso para

punir Jair Bolsonaro e os manifestantes dos atos de 8 de janeiro de 2023.

Já Dino foi ministro da Justiça de Lula antes de chegar à Corte, enquanto Cristiano Zanin, outro dos ministros que defenderam a análise conjunta dos casos de Moraes e Mendonça, foi indicado pelo presidente depois de atuar como seu advogado pessoal. Zanin foi o responsável por ordenar à PF a entrega dos dados brutos do celular de Vorcaro. Logo depois que isso aconteceu, o ministro Nunes Marques se declarou impedido de votar no julgamento.

O cientista político, CEO da Casa Política e Presidente-Executivo do Instituto Monitor da Democracia, Márcio Coimbra avalia que a combinação entre as nomeações feitas pelo presidente Lula e decisões judiciais que, segundo

ele, têm efeito defensivo para integrantes do STF pode reforçar a percepção de proximidade entre os atores. Coimbra avalia que a intervenção do ministro Dino reforça a associação direta entre o Palácio do Planalto e as tensões no Supremo Tribunal Federal, uma vez que a trajetória do magistrado como ex-ministro da Justiça de Lula torna inevitável a leitura de que o freio regimental serve a um propósito de contenção política. "Essa manobra projeta para a sociedade a impressão de um alinhamento estratégico voltado a adiar desdobramentos desconfortáveis, enfraquecendo a narrativa de isenção e colando a figura do presidente ao desgaste de um tribunal visto como blindado", explica Coimbra.

Coimbra acrescenta que existe o risco concreto de que a atuação de Dino, sua relação com Lula e o escândalo envolvendo Moraes sejam percebidos

pelo eleitor como partes de um mesmo episódio. “A repetição de expedientes defensivos cria no imaginário popular a sensação de uma engrenagem coordenada entre o Poder Executivo e alas alinhadas do Judiciário”, afirmou.

Dino foi indicado ao STF por Lula em novembro de 2023, depois de ter comandado o Ministério da Justiça e Segurança Pública no início do atual governo. O histórico de aproximação entre Dino e Lula, no entanto, remonta ao período em que o hoje ministro do STF foi eleito governador do Maranhão em 2014 pelo PCdoB. Foi nesse período que a aliança entre eles começou a ser construída.

Como governador, Dino passou a manter uma relação próxima com os governos petistas e, posteriormente, tornou-se um dos principais

nomes da esquerda fora do PT. Em 2018, por exemplo, ele defendia publicamente a unidade da esquerda em torno de Lula, então preso em Curitiba. Nos anos seguintes, a relação evoluiu e passou a ser explícita, com a participação recíproca na articulação de alianças.

A atuação de Dino no STF também não começou com a crise envolvendo Moraes. Desde que assumiu uma cadeira na Corte, o ministro esteve à frente de decisões que interferiram diretamente em questões de interesse do governo federal, especialmente na disputa com o Congresso. Dino atuava para reverter decisões negativas para Lula e na contenção e redução das emendas parlamentares, que tornam deputados e senadores menos dependentes de barganhas com o presidente.

Em agosto de 2024, Dino suspendeu a execução das emendas parlamentares até que fossem estabelecidos mecanismos de transparência e rastreabilidade. Em dezembro daquele ano, ele autorizou a retomada da execução sob novas condições, após negociações envolvendo Executivo e Legislativo.

Além disso, destacam-se ainda decisões favoráveis ao filho de Lula, Fábio Luís Lula da Silva, investigado por tráfico de influência, e o bloqueio de investigações que poderiam atingir a gestão atual. Dino foi quem suspendeu a quebra de sigilo da empresária amiga de Lulinha, Roberta Luchsinger, investigada pela CPMI do INSS por tentar obter favorecimento em contratos milionários com o governo.

Dino é questionado por interrupção do julgamento

As análises que apontam a atuação política de Dino são reforçadas ainda por juristas que questionam a forma como o ministro conduziu o pedido que resultou na interrupção do julgamento. Para o jurista Miguel da Costa Carvalho Vidigal, presidente da União Brasileira de Juristas Católicos (Ubrajuc), caso seja verdadeira a informação de que o pedido de vista “já vinha sendo articulado por ministros ligados ao Ministro Moraes há alguns dias”, com conhecimento do presidente do STF, Edson Fachin, a decisão de Dino seria ainda mais difícil de compreender. “Torna-se ainda mais incompreensível e absurdo o arrazoado todo feito por mais de uma hora por parte do próprio

ministro Dino quando dizia ter votado”, afirmou Vidigal.

Vidigal afirma que Dino não apresentou uma questão jurídica concreta que justificasse seu posicionamento. “Em seu pedido de vista não alegou qualquer dificuldade em estabelecer uma regra para compreensão do caso e sua consequente decisão, apenas disse que era preciso pedir vista pois o julgamento poderia se estender por meses”, disse. Na avaliação de Vidigal, a interrupção foi uma “chicana sorrateira e irresponsável”.



[Voltar ao índice](#)



Reajuste do Bolsa Família anunciado por Lula chama a atenção por ocorrer a apenas 17 dias do 1º turno das eleições (Foto: EFE/Andre Borges)

Contas públicas

Reajuste do Bolsa Família cria conta de R\$ 90 bilhões para o próximo governo

Por Célio Yano Por Wesley Oliveira

O reajuste de 15,04% no valor das parcelas do Bolsa Família, anunciado nesta quinta-feira (17)

pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), criará uma conta de aproximadamente R\$ 90 bilhões para os quatro anos de mandato do próximo presidente. A cifra resulta de uma extrapolação a partir de estimativa do próprio Ministério do Planejamento e Orçamento de que a medida elevará em R\$ 22,7 bilhões as despesas anuais com o programa. O montante pode variar a depender de novos reajustes e da mudança no número de beneficiários.

Já para 2026, a elevação da parcela mínima do benefício de R\$ 600 para R\$ 691 resultará em um aumento de R\$ 5,8 bilhões nas despesas federais.

A medida chama a atenção por ocorrer a apenas 17 dias do primeiro turno das eleições, em um momento em que Lula aparece empatado com

seu principal adversário, o senador Flávio Bolsonaro (PL), em pesquisas de intenção de voto. Desde o início do atual mandato, em 2023, o Bolsa Família não havia tido qualquer reajuste. O gasto público adicional para 2027 não está previsto no Projeto de Lei Orçamentária Anual, enviado pelo governo Lula ao Congresso Nacional há pouco mais de duas semanas, em 31 de agosto.

O aumento nas despesas é anunciado ainda em um contexto de pressão sobre as contas do governo. Mediana do mercado projeta um déficit primário de R\$ 52,27 bilhões para este ano, segundo o Prisma Fiscal, sistema de coleta de expectativas de instituições financeiras gerido pelo Ministério da Fazenda.

Conforme apurou a **Gazeta do Povo**, a equipe econômica do governo ainda outras medidas que

elevariam despesas, como um aumento no benefício do programa Pé-de-Meia, do Ministério da Educação, e uma nova subvenção ao óleo diesel, para evitar aumentos no preço do combustível.

Na manhã desta quinta, o ministro do Planejamento, Bruno Moretti, disse que a peça orçamentária enviada pelo governo ao Congresso será ajustada para acomodar o gasto adicional do Bolsa Família. “Ficará claro no relatório de setembro: tem espaço fiscal”, declarou o ministro em cerimônia no Palácio do Planalto. “Dia 24 vamos passar os números, mas temos segurança que o espaço fiscal é superior do que é preciso pra custear essa medida”, afirmou. O decreto presidencial que institui o reajuste foi assinado por Lula nesta quinta. As parcelas do benefício já com o aumento começarão a ser pagas em 19 de

outubro, entre o primeiro e o segundo turnos das eleições.

Em 2022, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) também elevou o valor do benefício social, à época chamado de Auxílio Brasil, às vésperas do pleito em que disputava a reeleição. A três meses da votação, o benefício foi reajustado de R\$ 400 para R\$ 600 por meio de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) aprovada semanas depois, com validade inicial prevista até o mês de dezembro. A medida foi criticada por membros do atual governo Lula. “Bolsonaro acha que aumentado Auxílio Brasil, vale-gás e dando auxílio aos caminhoneiros às vésperas das eleições vai salvar sua pele. Engana-se! O povo sabe quem se preocupa com ele e quem é oportunista e cara de pau. Se fosse preocupado com o povo, tinha tomado medidas antes. Não

fez”, disse a então presidente do PT, Gleisi Hoffman.

Em entrevista recente à Jovem Pan News, o ex-ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), que concorre neste ano ao governo de São Paulo, disse que o aumento feito por Bolsonaro contribuiu para o déficit fiscal de R\$ 230,5 bilhões de 2023. “O reajuste do Bolsa Família que foi dado no meio da eleição estava no Orçamento?”, questionou. “Mais R\$ 52 [bilhões]”, disse, referindo-se à despesa necessária para manter o valor do benefício naquele ano. “Eu não conseguiria cortar o Bolsa Família de R\$ 600, passar para R\$ 400.”



[Voltar ao índice](#)



Vladimir Timerman durante depoimento à CPI do Crime Organizado no Senado: gestor diz ter feito a primeira denúncia contra o Banco Master em 2019 (Foto: Edilson Rodrigues/Agência Senad)

Vladimir Timerman

O que aconteceu com o “encrenqueiro” que denunciou o Master

Por Célio Yano

Gestor de fundos e fundador da Esh Capital, Vladimir Timerman construiu sua carreira não

apenas tentando encontrar boas oportunidades de investimento, mas também comprando brigas com controladores de empresas abertas, questionando decisões de administrações e denunciando o que considerava irregularidades a órgãos de fiscalização.

O estilo ajudou a transformá-lo em uma espécie de personagem à parte na Faria Lima, onde tornou-se conhecido por seu comportamento pouco convencional de “investidor ativista”. Foi nesse contexto que entrou na história do Banco Master, que acabou com as operações encerradas pelo Banco Central (BC) e teve seu controlador, Daniel Vorcaro, preso em novembro de 2025.

Anos antes de a instituição ser liquidada, Timerman já havia levado às autoridades

questionamentos sobre operações relacionadas ao banco. Documentos apresentados ao Senado registram duas denúncias formais da Esh Capital ao Banco Central ainda em 2023.

A primeira, protocolada em março daquele ano, questionava o suposto controle indireto do banco por meio de estruturas que passariam por uma empresa nas Bahamas, um fundo e uma companhia chamada Banvox. A segunda tratava da exposição de fundos a precatórios e de problemas que Timerman apontava na precificação desses ativos.

O gestor afirma que já alertava para riscos da atuação do Master ainda antes. Em depoimento à CPI do Crime Organizado, em março deste ano, disse ter encaminhado a primeira denúncia sobre irregularidades relacionadas ao banco de Vorcaro

em 2019. Segundo ele, a preocupação surgiu a partir de seus investimentos e da análise das estruturas do banco.

Ex-jogador de rúgbi, Vladimir Timerman é o filho mais velho de três irmãos. Seu pai, Artur, foi médico infectologista e especialista em HIV. A família também inclui a escritora e psiquiatra Natalia Timerman. O nome Vladimir também carrega uma história familiar: o nome seria uma homenagem ao jornalista Vladimir Herzog, assassinado pelo regime militar.

De engenheiro a “defensor de acionistas minoritários”

Nascido no final da década de 70, Timerman é engenheiro eletricista formado pela Universidade de São Paulo (USP). Ao longo da carreira,

acumulou certificações como gestor de investimentos e de ativos de risco e passou por instituições como Itaú BBA, Hedging-Griffo e Nest Investimentos. Em 2015, fundou a Esh Capital. A empresa nasceu com uma estratégia diferente de uma gestora tradicional: se especializou, entre outras coisas, em situações especiais — investimentos nos quais problemas societários, distorções de preços ou mudanças na estrutura de uma empresa poderiam abrir oportunidades.

Em 2021, por exemplo, um dos fundos da Esh ganhou destaque depois de registrar retorno superior a 100%. Uma parcela relevante da carteira era dedicada justamente a “special situations”, estratégia na qual a gestora procurava oportunidades em situações consideradas anormais ou complexas.

O método levou Vladimir Timerman ao chamado ativismo societário. Ele comprou participações em companhias e passou a pressionar administrações e controladores. “Você pode ser passageiro numa história e ficar mercê de quem tá dirigindo o carro, ou você pode sentar no banco do motorista”, comparou, em entrevista recente à Folha de S.Paulo.

Entre os casos estão disputas envolvendo Gol e Smiles, Panvel, Terra Santa, Alliar e Gafisa. Em entrevista publicada pela própria Esh, o gestor é apresentado como alguém que se autodenomina defensor dos acionistas minoritários. “Sou o mais comunista entre os capitalistas”, disse Timerman em entrevista ao Estado de S.Paulo, em 2024. “E hoje o que eu faço é tentar conseguir os mesmos

direitos para todos os acionistas de uma empresa.”

A estratégia pode funcionar quando o investidor consegue identificar uma diferença entre o que a administração de uma companhia está fazendo e aquilo que ele considera ser o interesse dos acionistas. Para Timerman, gerou uma série de conflitos com acionistas majoritários. A Terra Santa, por exemplo, apresentou à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) uma manifestação acusando a Esh e Timerman de conduta abusiva e de má-fé, além de classificar suas acusações como especulativas e infundadas.

O perfil pouco convencional do gestor não se limitava ao comportamento em assembleias de acionistas ou aos documentos enviados aos reguladores. Vladimir Timerman passou a

utilizar as redes sociais para atacar publicamente empresários e executivos contra os quais fazia denúncias. “Eu denunciei a maior organização da história do país. Minha agressividade é não abaixar a cabeça, é não ter medo desses caras. E eu vou continuar denunciando, vou continuar cobrando que os órgãos de controle façam o trabalho deles”, afirmou em entrevista recente ao portal Metrôpoles.

Segundo levantamento publicado pelo UOL, o gestor passou os últimos anos encaminhando denúncias à CVM, ao BC, à Polícia Federal (PF) e ao Ministério Público (MP). A atuação lhe rendeu uma série de processos judiciais e contribuiu para criar uma imagem controversa no mercado. Em abril, disse à Folha “estar quebrado”, atribuindo a situação financeira ao bloqueio judicial de fundos da Esh Capital.

As denúncias contra o Master

Desde que o caso Master estourou, o fundador da Esh tem andado acompanhado de segurança particular. No mês passado, pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) proteção por meio do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas.

Documentos da investigação da PF tornados públicos recentemente registraram conversas nas quais Vorcaro e pessoas próximas discutiam medidas contra o gestor. O material inclui uma conversa em que o ex-dono do Master teria pedido que fosse dada “carga total” contra Vladimir Timerman.

No depoimento à CPI do Crime Organizado, ele afirmou que insistiu diversas vezes para que as autoridades investigassem os fatos que

denunciou contra o Banco Master. Disse também que uma manifestação do BC teria sido encaminhada à PF somente depois de sua insistência. Ele foi chamado a depor, ao lado do ex-diretor de fiscalização do BC Paulo Sérgio Neves. O objetivo da oitiva era colher informações sobre o Master e sobre possíveis relações entre o sistema financeiro e organizações criminosas.

No depoimento, sustentou que o empresário e investidor Nelson Tanure estaria entre os verdadeiros controladores do Master. Tanure, já envolvido em outras disputas com Timerman, também ficou conhecido por investir em empresas com ativos depreciados para realizar mudanças e, deste modo, valorizar suas ações obtendo lucro.

A defesa de Tanure nega que ele tivesse qualquer relação de natureza societária com o banco de Vorcaro e afirma que ele foi cliente do banco, nas mesmas condições em que é atendido por outras instituições financeiras do mercado. Em 2023, Tanure acionou Timerman na Justiça alegando perseguição nas redes sociais. O processo resultou em uma condenação do gestor, que recorre da decisão.

A Gazeta do Povo tentou contato com Vladimir Timerman por meio da assessoria de imprensa da Esh Capital, mas não obteve retorno até a publicação desta reportagem.



[Voltar ao índice](#)



Gilmar Mendes, ministro do Supremo Tribunal Federal. (Foto: Valter Campanato/Agência Brasil/Arquivo)

Bate-boca

“Pessoa horrível”: 6 vezes em que Gilmar Mendes ouviu o que não queria no STF

Por Fabio Calsavara

Há ministros que atravessam décadas no Supremo colecionando decisões, votos e

precedentes. Gilmar Mendes, além disso, parece ter desenvolvido uma coleção paralela: a de embates, reprimendas e frases que dificilmente seriam encontradas em um manual de etiqueta da magistratura. Na sessão extraordinária do STF dessa terça-feira (15), marcada para analisar a suposta troca de mensagens entre o ex-banqueiro Daniel Vorcaro e o ministro Alexandre de Moraes, André Mendonça acrescentou mais uma peça à coleção de desaforos ouvidos por Gilmar Mendes.

Depois de ouvir do decano da Corte que sua atuação tinha “inequívoco viés político-eleitoral”, Mendonça reagiu dizendo que Mendes não estava falando “com qualquer um” e completou, em tom ríspido: “não aponte o dedo para mim”. A cena chamou atenção, mas está longe de ser única. O plenário do Supremo já foi palco de discussões

em que a temperatura subiu bem mais do que seria de esperar entre os integrantes da mais alta Corte do país. E, em várias delas, Gilmar Mendes ocupou a incômoda posição de protagonista. A **Gazeta do Povo** preparou uma lista com seis ocasiões em que Mendes pode até ter falado o que quis, mas acabou ouvindo o que não queria.

Gilmar Mendes X Joaquim Barbosa, 2009: “Capangas do Mato Grosso”

Em 22 de abril de 2009, o ministro Joaquim Barbosa se mostrou insatisfeito com o desfecho de uma votação da qual não havia participado, e tentou reabrir a discussão. Mendes tentou desqualificar o colega pela forma de sua manifestação, e foi prontamente rebatido.

Mendes: Vossa Excelência não tem condições de dar lição a ninguém.

Barbosa: E nem Vossa Excelência. Vossa Excelência me respeite, Vossa Excelência não tem condição alguma. Vossa Excelência está destruindo a Justiça desse país e vem agora dar lição de moral em mim? Saia à rua, ministro Gilmar. Saia à rua, faz o que eu faço.

Mendes: Eu estou na rua, ministro Joaquim.

Barbosa: Vossa Excelência não está na rua não. Vossa Excelência está na mídia, destruindo a credibilidade do Judiciário brasileiro. É isso. Vossa Excelência quando se dirige a mim não está falando com os seus capangas do Mato Grosso, ministro Gilmar. Respeite.

Gilmar Mendes X Barroso, 2017: “Juiz não pode ter correligionário”

Em 26 de outubro de 2017, o STF estava reunido em discussão sobre a extinção dos Tribunais de

Contas de Municípios do Ceará. O assunto foi para escanteio quando Mendes começou um bate-boca com Barroso sobre a decisão que libertou José Dirceu da cadeia.

Mendes: Vossa excelência, quando chegou aqui, soltou José Dirceu.

Barroso: Porque recebeu indulto da presidente da República.

Mendes: Não, não. Vossa excelência julgou os embargos infringentes.

Barroso: Absolutamente. Isso é mentira. Aliás, vossa excelência normalmente não trabalha com a verdade. Então gostaria de dizer que José Dirceu foi solto por indulto da presidente da República.

Mendes: Vossa excelência julgou.

Barroso: E vossa excelência está fazendo um comício que nada tem que ver com extinção de tribunal de contas do Ceará.

Mendes: Tem, sim.

Barroso: Vossa Excelência está queixoso porque perdeu o caso dos precatórios e está ocupando o tempo do plenário com um assunto que não é pertinente para destilar esse ódio constante que vossa excelência tem, e agora o dirige contra o Rio. Não julga, não fala coisas racionais, articuladas, sempre fala coisa contra alguém, está sempre com ódio de alguém, está sempre com raiva de alguém.

Mais à frente, Barroso voltou a criticar Mendes.

Barroso: Não transfira para mim esta parceria que vossa excelência tem com a leniência em relação à criminalidade do colarinho branco.

Mendes: Quanto ao meu compromisso com o crime de colarinho branco, presidente, eu tenho compromisso com os direitos fundamentais. Eu não sou advogado de bandidos internacionais.

Barroso: Vossa Excelência vai mudando a jurisprudência de acordo com o réu. Isso não é Estado de Direito, é Estado de compadrio. Juiz não pode ter correligionário.

Gilmar Mendes X Ricardo Lewandowski, 2015:
“Eu não faço insinuações, digo diretamente”

Na sessão de 2 de dezembro de 2015, o STF estava julgando a possibilidade de condenados em regime semiaberto cumprirem a pena em regime domiciliar, caso não houvesse vagas nos presídios. O então presidente da Corte, ministro Ricardo Lewandowski, divergiu do voto de Mendes, que cobrava do Conselho Nacional de

Justiça (CNJ) a execução de medidas para fiscalizar o monitoramento de presos. Lewandowski avaliou que o “Programa Começar de Novo”, criado quando Gilmar Mendes era presidente do STF e do CNJ, poderia estar superado por outras ações em andamento. Sem pedir aparte, Mendes o interrompeu e começou a discussão.

Mendes: A questão do trabalho do preso, tenha o nome que tiver. Senão nós vamos ficar naquela disputa do “Bolsa Família” com o “Bolsa Escola”, com os estelionatos eleitorais que se fazem.

Lewandowski: O CNJ não faz nenhum estelionato.

Mendes: Eu chamei o programa de “Começar de Novo” o programa que faça as vezes de. Porque senão fica muito engraçado. Vamos tratar as pessoas com a devida seriedade.

Lewandowski: Vossa Excelência está dizendo que eu não estou tratando com a devida seriedade?

Mendes: Vossa Excelência não está tratando com a devida seriedade.

Lewandowski: Não, absolutamente. Peço que Vossa Excelência retire isso.

Mendes: Eu não sou de São Bernardo e não faço fraude eleitoral.

Lewandowski: E eu não sou de Mato Grosso, Vossa Excelência me desculpe. Vossa excelência está fazendo ilações incompatíveis com a seriedade do Supremo Tribunal Federal.

Mendes: Vossa Excelência está insinuando...

Lewandowski: Eu não estou insinuando nada. Eu não faço insinuações, eu digo diretamente, ministro, o que eu tenho que dizer.

Gilmar Mendes X Ricardo Lewandowski, 2015: “Quem preside a sessão sou eu”

Meses antes, em setembro de 2015, os dois ministros já haviam entrado em rota de colisão no plenário do STF durante o julgamento sobre o financiamento de campanhas eleitorais por empresas. Mendes era a favor dessa modalidade, e deixou isso claro em um voto que durou mais de quatro horas. Ao fim da longa fala, o advogado responsável pela Ação Direta de Inconstitucionalidade pediu a palavra por uma “questão de fato”, no que foi prontamente concedido por Lewandowski. O presidente da Corte ainda advertiu o advogado de que ele não poderia fazer uma réplica ao voto. Ainda assim, a medida irritou Mendes, que abandonou o plenário.

Mendes: Presidente, ei, não tem nada de questão de fato. Tudo isto está dentro do voto.

Lewandowski: Vamos garantir a palavra ao advogado. Vossa Excelência falou por quase cinco horas.

Mendes: Eu sou um membro da corte, e o advogado é um advogado.

Lewandowski: Não, o advogado representa a OAB e merece ter direito à palavra.

Mendes: Vossa Excelência pode deixar ele falar por 10 horas. Eu não fico aqui.

Lewandowski: E quem preside a sessão sou eu, ministro.

Gilmar Mendes X Ricardo Lewandowski, 2016:
“Vossa Excelência me esqueça!”

O ano de 2016 foi frutífero nas discussões entre Mendes e Lewandowski. Embalados pela forma

como o processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff foi conduzido, ambos os ministros relembrou o caso durante uma discussão em um julgamento sobre a contribuição previdenciária em gratificações temporárias de trabalhadores, em novembro daquele ano. Mendes decidiu pedir vista no julgamento, mesmo após voto favorável à causa. O pedido foi questionado por Lewandowski, que considerou a postura do colega como “inusitada”.

Lewandowski: Perdão, pela ordem, o ministro Gilmar Mendes já não havia votado? Tenho a impressão de que acompanhou a divergência. Sua Excelência está abrindo mão do voto já proferido? Data Vênia, um pouco inusitado isso [pedir vista após o voto]”.

Mendes: Enquanto eu estiver aqui, posso fazer. Vossa Excelência fez coisa mais heterodoxa.

Lewandowski: Graças a Deus eu não sigo o exemplo de Vossa Excelência em matéria de heterodoxia. Graças a Deus.

Mendes: Vossa Excelência fez coisas mais heterodoxas.

Lewandowski: E faço disso meu ponto de honra.

Mendes: Basta ver o que Vossa Excelência fez no Senado [referindo-se ao fatiamento da votação do impeachment].

Lewandowski: No Senado? Basta ver o que Vossa Excelência faz diariamente nos jornais, é uma atitude absolutamente, a meu ver, incompatível.

Mendes: Faço isso inclusive para reparar os absurdos que Vossa Excelência faz.

Lewandowski: Absurdos não. Vossa Excelência retire o que disse, porque isso não existe. Vossa

Excelência está faltando com o decoro não é de hoje.

Mendes: E não é de hoje.

Lewandowski: E eu repilo. Repilo! Vossa Excelência, por favor, me esqueça!

Gilmar Mendes X Barroso, 2018: “Uma mistura do mal com atraso e pitadas de psicopatia”

Uma das broncas mais célebres recebidas por Gilmar Mendes no plenário do STF foi dita pelo ministro Luis Roberto Barroso em 21 de março de 2018. A Corte estava reunida discutindo a inconstitucionalidade de doações ocultas feitas para campanhas eleitorais. Mendes disparou sua metralhadora verbal contra a então presidente do STF, ministra Cármen Lúcia, e ao ministro Luiz Fux. Ao citar supostas manobras na votação de

alguns processos, Mendes lembrou da questão do aborto.

Aquele processo foi julgado pela 1ª Turma, então presidida por Barroso. Na ocasião, se decidiu descriminalizar a interrupção da gestação feita nos três primeiros meses de gravidez. O voto vencedor, em divergência ao relator Celso de Mello, foi justamente o de Barroso. Ao tentar voltar para a questão eleitoral, onde era voto vencido, Mendes foi abruptamente interrompido por Barroso em um puxão de orelha que chegou a estampar camisetas à venda na internet.

Mendes: É preciso que a gente anteveja esse tipo de manobra. Porque não se pode fazer isso com o Supremo Tribunal Federal. “Ah, agora eu vou dar uma de esperto e vou conseguir a decisão do aborto”. Sendo, de preferência, na turma com dois, com três ministros. Aí a gente faz um 2x1.

Barroso: Me deixa de fora desse seu mau sentimento. Você é uma pessoa horrível, uma mistura do mal com atraso e pitadas de psicopatia. Isso não tem nada a ver com o que está sendo julgado. É um absurdo Vossa Excelência aqui fazer um comício cheio de ofensas, grosserias. Vossa Excelência não consegue articular um argumento, fica procurando. Já ofendeu a presidente, ofendeu o ministro Fux, agora chegou a mim. A vida para Vossa Excelência é ofender as pessoas. Não tem nenhuma ideia. Nenhuma, nenhuma. Só ofende as pessoas, ofende as pessoas. Qual é a sua ideia? Qual é a sua proposta? Nenhuma, nenhuma. É bÍlis, ódio, mau sentimento, mal secreto. Uma coisa horrível. Vossa Excelência nos envergonha.

Mendes: Eu estou com a palavra, presidente.

Barroso: Vossa Excelência é uma desonra para o tribunal, é uma desonra para todos nós. Um

temperamento agressivo, grosseiro, rude. É péssimo isso. Vossa Excelência sozinho desmoraliza o tribunal. É muito ruim, é muito penoso para todos nós, termos que conviver com Vossa Excelência aqui. Não tem ideia, não tem patriotismo, está sempre atrás de algum interesse que não é o da Justiça. Uma coisa horrorosa. É uma coisa horrorosa, uma vergonha. Um constrangimento, é muito feio isso. Isso é um Supremo Tribunal Federal.



[Voltar ao índice](#)

PARA SE APROFUNDAR

- **As ameaças feitas por Gilmar Mendes a Nunes Marques pelo WhatsApp antes do julgamento no STF**
- **Como brasileiros criaram em apenas 15 anos a tilápia mais tecnológica do mundo**
- **Flávio aposta em “efeito Moraes” e em crise do STF para desgastar Lula**
- **O que é “assédio algorítmico”, o novo vilão da esquerda sindical**
- **As ferramentas de IA têm viés político e religioso (além de mentir descaradamente)**
- **Crise no STF chega aos EUA com pedido de novas sanções contra ministros**

COMO RECEBER

As edições da Gazeta do Povo Revista vão estar disponíveis para download em PDF pelos nossos assinantes todos os sábados pela manhã no site do jornal. Também é possível se inscrever, para ser lembrado de baixar o arquivo, pelo [Whatsapp](#) ou pelo [Telegram](#). Se preferir receber por e-mail, você pode se inscrever na [newsletter](#) exclusiva para receber o link de download.

EXPEDIENTE

A Gazeta do Povo Revista é uma seleção de conteúdos publicados ao longo da semana no nosso site. Curadoria e formatação: Carlos Coelho, Daliane Nogueira e Marcela Mendes. Apoio: Jessica Lopes da Silva dos Reis. Conceito visual: Claudio Cristiano Gonçalves Alves. Coordenação: Patrícia Künzel.

APLICATIVO

Caso seu acesso seja via aplicativo iOS, só é possível visualizar o pdf. Para fazer o download, recomendamos o uso do navegador de internet de seu celular.



Voltar ao índice